

## **ENQUADRAMENTO NORMATIVO**

### **1. PLANOS E PROGRAMAS DE ENQUADRAMENTO**

**PRReDSA** – Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Autónoma dos Açores (Livro - Perspectivas para a sustentabilidade na Região Autónoma dos Açores)

**PROTA** – Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Autónoma dos Açores (Legislação)

**POTRAA** - Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores

- Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A, de 11 de Agosto – Aprova o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA)
- Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/A, de 7 de Abril – Determina a suspensão parcial do POTRAA
- Resolução do Conselho do Governo n.º 61/2010, de 13 de Maio de 2010 – Altera as capacidades máximas das bolsas de camas afectas às Ilhas do Pico, São Jorge e São Miguel
- Portaria n.º 102/2010, de 28 de Outubro de 2010 - Define o que são projectos, equipamentos e actividades com forte componente de animação turística, a que se reporta a alínea c) do n.º 3 do artigo 5.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/A, de 7 de Abril (diploma de suspensão do POTRAA).

**PRORURAL** - (<http://prorural.azores.gov.pt/>)

### **2. LEGISLAÇÃO SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**

#### **Parque Natural da Ilha de São Miguel**

- Decreto Legislativo Regional n.º 19/2008/A, de 8 de Julho de 2008  
Cria o Parque Natural da Ilha de São Miguel.

#### **Rede Natura 2000**

- Decreto Legislativo Regional n.º 20/2006/A  
Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores

#### **Reservas Florestais de Recreio**

- Decreto Legislativo Regional N.º 15/87/A, de 14 de Julho de 1987  
Estabelece o regime jurídico de criação e funcionamento de reservas florestais na Região Autónoma dos Açores.
- Decreto Legislativo Regional N.º 16/89/A, de 30 de Agosto de 1989

## Enquadramento Normativo

### Carta Europeia de Turismo Sustentável “Terras do Priolo”

Cria e delimita as Reservas Florestais de Recreio:

- Reserva Florestal de Recreio da Cancela do Cinzeiro
  - Reserva Florestal de Recreio do Viveiro do Nordeste
  - Reserva Florestal de Recreio do Viveiro das Furnas
- 
- Portaria nº 72/1989 de 24 de Outubro de 1989  
Estabelece as regras para o funcionamento e utilização das reservas florestais de recreio.
  - Decreto Legislativo Regional Nº 16/2000/A, de 21 de Junho de 2000  
Altera o Decreto Legislativo Regional Nº 16/89/A, de 30 de Agosto de 1989
  - Decreto Legislativo Regional Nº 3/2001/A, de 6 de Março de 2001  
Cria a Reserva Florestal de Recreio da Água Retorta, ilha de São Miguel
  - Decreto Legislativo Regional Nº 55/2006/A, de 22 de Dezembro de 2006  
Cria a Reserva Florestal de Recreio da Fajã do Rodrigo, freguesia e concelho do Nordeste, na ilha de São Miguel.
  - Decreto Legislativo Regional Nº 15/2007/A, de 25 de Junho de 2007  
Procede à revisão da Rede Regional de Áreas Protegidas da Região Autónoma dos Açores e determina a reclassificação das áreas protegidas existentes.
  - Declaração de Rectificação Nº 79/2007, de 21 de Agosto de 2007  
De ter sido rectificado o Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A, da Região Autónoma dos Açores, que procede à revisão da Rede Regional de Áreas Protegidas da Região Autónoma dos Açores e determina a reclassificação das áreas protegidas existentes, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 120, de 25 de Junho de 2007

### 3. LEGISLAÇÃO SOBRE ACTIVIDADES TURÍSTICAS

#### 3.1. Turismo de Ambiente e de Natureza

- Resolução Conselho Ministros n.º 112/98 de 25 de Agosto de 1998  
Programa Nacional do Turismo de Natureza
- Decreto-Lei n.º 218/95 de 26 de Agosto de 1995  
Regula a circulação de veículos motorizados nas praias, dunas, falésias e reservas integrais.
- Decreto-Lei n.º 47/1999 de 16 de Fevereiro de 1999  
Alterado pelo DL 56/2002 de 11/3. Regula o Turismo de Natureza.
- Decreto Regulamentar n.º 2/1999 de 17 de Fevereiro de 1999  
Regula os requisitos das instalações e do funcionamento das casas de natureza
- Decreto Regulamentar n.º 18/1999 de 27 de Agosto de 1999

## Enquadramento Normativo

### Carta Europeia de Turismo Sustentável “Terras do Priolo”

Alterado pelo DR 17/2003 de 10/10: Regula a animação ambiental nas modalidades de animação, interpretação ambiental e desporto de natureza nas Áreas Protegidas, bem como o respectivo processo de licenciamento.

- Portaria n.º 164/05 de 11 de Fevereiro de 2005  
Estabelece as taxas a aplicar pelo ICN pela concessão e renovação de licenças para realização de actividades de animação ambiental na Rede Nacional de Áreas Protegidas.
- Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A, de 25 de Junho de 2007  
Procede a uma reformulação do regime jurídico da classificação, gestão e administração das áreas protegidas dos Açores, revogando o DLR 21/93/A, de 23 de Dezembro.
- Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 de Março de 2008  
Aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.
- Declaração de Rectificação n.º 25/2008 de 6 de Maio de 2008  
Rectifica o Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março
- Portaria n.º 261/2009 de 12 de Março de 2009  
Define os critérios e procedimentos para o reconhecimento, pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P. (ICNB, I. P.), de empreendimentos de turismo de natureza
- Decreto-Lei n.º 108/2009 de 15 de Maio de 2009  
Estabelece as condições de acesso e de exercício da actividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos
- Portaria n.º 651/2009 de 12 de Junho de 2009  
Define o Código de Conduta a adoptar pelas empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos que exerçam actividades reconhecidas como turismo de natureza.
- Decreto-Lei n.º 191/2009 de 17 de Julho de 2009  
Estabelece as bases das políticas públicas de turismo e define os instrumentos para a respectiva execução

### 3.2. Empresas de animação turística

- Decreto-Lei n.º 21/2002, de 31 de Janeiro de 2002  
Regula a actividade marítimo-turística, revogando os Decretos-Leis n.os 564/80, de 6 de Dezembro, e 200/88, de 31 de Maio, e a Portaria n.º 59/88 de 28 de Janeiro.
- Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11 de Março de 2002  
Altera o Decreto-Lei n.º 47/99 de 16.02, que regula o Turismo de Natureza.
- Decreto-Lei n.º 269/2003, de 28 de Outubro de 2003  
Altera o Regulamento da Actividade Marítimo-Turística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 21/2002 de 31 de Janeiro.

## Enquadramento Normativo

### Carta Europeia de Turismo Sustentável “Terras do Priolo”

- Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de Maio de 2009  
Estabelece as condições de acesso e de exercício da actividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos
- Portaria n.º 651/2009, de 12 de Junho de 2009  
Define o Código de Conduta a adoptar pelas empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos que exerçam actividades reconhecidas como turismo de natureza e o logótipo que os identifica.

### 3.3. Animação Turística

- Decreto-Lei n.º 204/2000, de 1 de Setembro de 2000  
Estabeleceu, pela primeira vez, o enquadramento legal das actividades de animação turística. Com quase uma década de existência, revela -se hoje desajustado da realidade.
- Portaria 138/2001 de 01 de Março de 2001  
Regula o acesso e o exercício da actividade das empresas de animação turística e aprova as taxas devidas pela concessão de licenças relativas ao exercício da actividade das empresas de animação turística.
- Decreto-Lei n.º 108/2002 de 16 de Abril de 2002  
Altera o Decreto-Lei n.º 204/2000 de 1 de Setembro. Regula o acesso e o exercício da actividade das empresas de Animação Turística.
- Decreto-Lei n.º 156/2005 de 15 de Setembro de 2005  
Alterado pelo Decreto-Lei n.º 371/2007. Estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviço que tenham contacto com o público em geral.
- Portaria n.º 896/2008, de 18 de Agosto de 2008  
Altera a Portaria 1288/2005, de 15 de Dezembro. Aprova o modelo, edição, preço, fornecimento e distribuição do livro de reclamações.

### 3.4. Actividades Marítimo Turísticas

- Decreto Legislativo Regional n.º 9/2007/A de 19 de Abril de 2007  
Regime jurídico da pesca lúdica nas águas dos Açores
- Decreto Legislativo Regional n.º 23/2007 de 20 de Setembro de 2007  
Regulamento da Actividade Marítimo-turística dos Açores (RAMTA). Revoga o Decreto-Lei Regional n.º 7/2000/A de 17/04.DLR 9/99/A de 23/3, alterado pelo Decreto-Lei Regional n.º 10/2003/A de 22/5, regulamenta a actividade de observação de cetáceos nos Açores.
- Portaria n.º 16/2008, de 13 de Fevereiro de 2008  
Modelo de licença de operador marítimo-turístico, nos Açores.
- Decreto Legislativo Regional n.º 36/2008/A de 30 de Julho de 2008

## Enquadramento Normativo

### Carta Europeia de Turismo Sustentável “Terras do Priolo”

Licenciamento de operador pesca-turismo.

- Decreto Legislativo Regional n.º 36/2008/A de 23 de Outubro de 2008

Quadro legal da pesca-turismo exercida nas águas da subárea dos Açores da zona económica exclusiva (ZEE) portuguesa. Actividade turística em embarcações destinadas à pesca.

### 3.5. Mergulho

- Decreto-Lei n.º 16/2007 de 22 Janeiro de 2007

Estabelece o regime jurídico aplicável ao mergulho amador e aos serviços de mergulho recreativo em todo o território nacional

- Portaria n.º 1340/2007, de 11 de Outubro de 2007

Regulamenta o seguro obrigatório de acidentes pessoais dos mergulhadores.

### 3.6. Empreendimentos Turísticos

- Decreto-Lei nº 167/97, de 04 de Julho de 1997

Aprova o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos turísticos. Revogado pelo Decreto-Lei nº 39/2008, de 07 de Março.

- Portaria nº 1063/97, de 21 de Outubro de 1997

Aprova as medidas de segurança contra riscos de incêndio aplicáveis na construção, instalação e funcionamento dos empreendimentos turísticos e dos estabelecimentos de restauração e de bebidas.

- Portaria nº 1064/97, de 21 de Outubro de 1997

Aprova os procedimentos de instrução de pedidos de licenciamento dos empreendimentos turísticos no novo regime de instalação e funcionamento.

- Portaria nº 1068/97, de 23 de Outubro de 1997

Aprova os sinais normalizados dos empreendimentos turísticos, dos estabelecimentos de restauração e de bebidas e das casas e empreendimentos de turismo no espaço rural e das informações de carácter geral e dos serviços por eles prestados

- Portaria nº 1071/97, de 23 de Outubro de 1997

Aprova os mecanismos inerentes à implementação e organização do registo dos empreendimentos turísticos e dos estabelecimentos de restauração e de bebidas, classificados e qualificados como típicos.

- Portaria nº 930/98, de 24 de Outubro de 1998

Aprova o modelo de alvará de licença de utilização turística e o modelo de alvará de licença de utilização para serviços de restauração e bebidas.

- Decreto-Lei nº 305/99, de 06 de Agosto de 1999

Altera o Decreto-Lei nº 167/97 de 4 de Julho, que estabelece o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos turísticos. Revogado pelo Decreto-Lei nº 39/2008, de 07 de Março.

## Enquadramento Normativo

### Carta Europeia de Turismo Sustentável “Terras do Priolo”

- Decreto Regulamentar nº 14/99, de 14 de Agosto de 1999  
Altera a redacção do Decreto Regulamentar nº 34/97 de 17 de Setembro, que regula os requisitos das instalações e do funcionamento dos meios complementares de alojamento. Revogado pelo Decreto-Lei nº 39/2008, de 07 de Março
- Decreto Regulamentar nº 20/99, de 13 de Setembro de 1999  
Revogado pelo Decreto-Lei nº 39/2008, de 07 de Março. Regula os conjuntos turísticos.
- Portaria nº 25/2000, de 26 de Janeiro de 2000  
Aprova os modelos, fornecimento e distribuição das placas de classificação. Revoga as Portarias nºs. 1070/97 de 23 de Outubro e 60/98 de 12 de Fevereiro.
- Decreto Regulamentar nº 6/2000, de 27 de Abril de 2000  
Revogado pelo Decreto-Lei nº 39/2008, de 07 de Março. Altera o anexo III do Decreto Regulamentar nº 34/97 de 17 de Setembro, que regula os requisitos das instalações e do funcionamento dos meios complementares de alojamento.
- Portaria nº 1229/2001, de 25 de Outubro de 2001  
Fixa as taxas a serem cobradas pela Direcção-Geral do Turismo pelas vistorias requeridas pelos interessados aos empreendimentos turísticos e outros.
- Decreto Regulamentar nº 22/2002, de 02 de Abril de 2002  
Altera o Decreto Regulamentar nº 20/99 de 13 de Setembro, que regula os conjuntos turísticos. Revogado pelo Decreto-Lei nº 39/2008, de 07 de Março.
- Decreto-Lei nº 156/2005, de 15 de Setembro de 2005  
Estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviço que tenham contacto com o público em geral.
- Portaria nº 1288/2005, de 15 de Dezembro de 2005  
Aprova o modelo, edição, preço, fornecimento e distribuição do livro de reclamações a ser disponibilizado pelos fornecedores de bens e prestadores de serviços abrangidos pelo Decreto-Lei nº 156/2005, de 15 de Setembro.
- Decreto-Lei nº 217/2006, de 31 de Outubro de 2006  
Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 167/97, de 4 de Julho, que aprova o regime jurídico da instalação e funcionamento dos empreendimentos turísticos. Revogado pelo Decreto-Lei nº 39/2008, de 07 de Março.
- Decreto-Lei nº 39/2008, de 7 de Março de 2008  
Regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos. Alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 228/2009, de 14 de Setembro.
- Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março de 2008  
Determina quais os elementos que devem instruir os pedidos de informação prévia, de licenciamento e de autorização referentes a todos os tipos de operações urbanísticas, e revoga a Portaria n.º 1110/2001, de 19 de Setembro.
- Declaração de Rectificação n.º 25/2008, de 06 de Maio de 2008

## Enquadramento Normativo

### Carta Europeia de Turismo Sustentável “Terras do Priolo”

Rectifica o Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 de Março, que aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos

- Portaria n.º 518/2008, de 25 de Junho de 2008  
Estabelece os elementos instrutores dos pedidos de realização de operações urbanísticas relativos a empreendimentos turísticos.
- Portaria nº 896/2008, de 18 de Agosto de 2008  
Modelo, edição, preço, fornecimento e distribuição do livro de reclamações. Altera a Portaria n.º 1288/2005, de 15 de Dezembro.
- Portaria nº261/2009, de 12 de Março de 2009  
Define os critérios e procedimentos para o reconhecimento, pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P. (ICNB, I. P.), de empreendimentos de turismo de natureza.
- Portaria 358/2009, de 6 de Abril de 2009  
Estabelece os requisitos dos equipamentos de uso comum dos empreendimentos turísticos
- Decreto-Lei nº 228/2009, de 14 de Setembro de 2009  
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março que aprovou o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.

### 3.7. Estabelecimentos Hoteleiros, Aldeamentos Turísticos e Apartamentos Turísticos

- Decreto-Lei nº 271/82, de 13 de Julho de 1982  
Aprova o estatuto dos profissionais da direcção hoteleira.
- Decreto Regulamentar nº 36/97, de 25 de Setembro de 1997  
Regula os estabelecimentos hoteleiros. Revogado pelo Decreto-Lei nº 39/2008, de 07 de Março.
- Portaria nº 1063/97, de 21 de Outubro de 1997  
Aprova as medidas de segurança contra riscos de incêndio aplicáveis na construção, instalação e funcionamento dos empreendimentos turísticos e dos estabelecimentos de restauração e de bebidas.
- Portaria nº 1068/97, de 23 de Outubro de 1997  
Aprova os sinais normalizados dos empreendimentos turísticos, dos estabelecimentos de restauração e de bebidas e das casas e empreendimentos de turismo no espaço rural e das informações de carácter geral e dos serviços por eles prestados
- Portaria nº 1071/97, de 23 de Outubro de 1997  
Aprova os mecanismos inerentes à implementação e organização do registo dos empreendimentos turísticos e dos estabelecimentos de restauração e de bebidas, classificados e qualificados como típicos.
- Portaria nº 930/98, de 24 de Outubro de 1998

## Enquadramento Normativo

### Carta Europeia de Turismo Sustentável “Terras do Priolo”

Aprova o modelo de alvará de licença de utilização turística e o modelo de alvará de licença de utilização para serviços de restauração e bebidas.

- Decreto Regulamentar nº 16/99, de 18 de Agosto de 1999  
Altera o Decreto Regulamentar nº 36/97 de 25 de Setembro, que regula os requisitos das instalações e do funcionamento dos estabelecimentos hoteleiros. Revogado pelo Decreto-Lei nº 39/2008, de 07 de Março
- Decreto-Lei nº 55/2002, de 11 de Março de 2002  
Revogado pelo Decreto-Lei nº 39/2008, de 07 de Março. Altera o Decreto-Lei nº 167/97 de 4 de Julho, que aprova o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos turísticos destinados à actividade de alojamento turístico.
- Decreto-Lei nº 156/2005, de 15 de Setembro de 2005  
Estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviço que tenham contacto com o público em geral.
- Decreto-Lei nº 148/2006, de 01 de Agosto de 2006  
Primeira alteração ao Decreto-Lei nº 271/82, de 13 de Julho, que aprova o estatuto dos profissionais da direcção hoteleira.
- Portaria nº 327/2008, de 28 de Abril de 2008  
Aprova os requisitos dos Estabelecimentos Hoteleiros, Aldeamentos Turísticos e Apartamento Turísticos.
- Declaração de Rectificação nº 45/2008 de 2008  
Estabelece os requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de alojamento local. Rectifica a Portaria n.º 517/2008, de 25 de Junho.

### 3.8. Empreendimentos de Turismo de Habitação e de Turismo no Espaço Rural

- Portaria nº 1068/97, de 23 de Outubro de 1997  
Aprova os sinais normalizados dos empreendimentos turísticos, dos estabelecimentos de restauração e de bebidas e das casas e empreendimentos de turismo no espaço rural e das informações de carácter geral e dos serviços por eles prestados
- Portaria nº 1071/97, de 23 de Outubro de 1997  
Aprova os mecanismos inerentes à implementação e organização do registo dos empreendimentos turísticos e dos estabelecimentos de restauração e de bebidas, classificados e qualificados como típicos.
- Decreto-Lei nº 54/2002 de 11 de Março de 2002  
Estabelece o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural.
- Decreto-Lei nº 55/2002, de 11 de Março de 2002  
Revogado pelo Decreto-Lei nº 39/2008, de 07 de Março. Altera o Decreto-Lei nº 167/97 de 4 de Julho, que aprova o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos turísticos destinados à actividade de alojamento turístico.

## Enquadramento Normativo

### Carta Europeia de Turismo Sustentável “Terras do Priolo”

- Decreto Regulamentar n.º 13/2002 de 12 de Março de 2002  
Regula os requisitos mínimos das instalações e do funcionamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural. Alterado pelo DR 5/2007 de 14 de Fevereiro.
- Portaria 937/2008, de 20 de Agosto de 2008  
Estabelece os requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural.
- Declaração de Rectificação nº 45/2008 de 2008  
Estabelece os requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de alojamento local. Rectifica a Portaria n.º 517/2008, de 25 de Junho.

### 3.9. Sistema de Incentivos

- Decreto Legislativo Regional n.º 19/2007/A de 23 de Julho de 2007  
Criou o SIDER — Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores, constitui o novo sistema de incentivos financeiros ao investimento para o Quadro de Referência Estratégico dos Açores 2007 -2013.
- DRR n.º 21/2007/A de 24 de Outubro de 2007  
Regulamenta o Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo.

### 3.10. Parques de Campismo e de Caravanismo

- Decreto Regulamentar nº 33/97, de 17 de Setembro de 1997  
Regula os parques de campismo públicos.
- Portaria nº 930/98, de 24 de Outubro de 1998  
Aprova o modelo de alvará de licença de utilização turística e o modelo de alvará de licença de utilização para serviços de restauração e bebidas.
- Decreto Regulamentar nº 14/2002, de 12 de Março de 2002  
Altera o Decreto Regulamentar nº 33/97, de 17 de Setembro, que regula os parques de campismo públicos.
- Portaria nº 1320/2008, de 17 de Novembro de 2008  
Estabelece os requisitos específicos de instalação, classificação e funcionamento dos parques de campismo e de caravanismo.

### 3.11. Observação de cetáceos

- Decreto Legislativo Regional n.º 9/99/A, de 22 de Março de 1999  
Disciplina as actividades de observação de cetáceos nos Açores. Alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº 10/2003/A. Redacção dada pelo Decreto Legislativo

## **Enquadramento Normativo**

### **Carta Europeia de Turismo Sustentável “Terras do Priolo”**

Regional n.º 10/2003/A, de 22 de Março e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2004/A, de 23 de Março.

- Portaria n.º 5/2004, de 29 de Janeiro de 2004

Regulamenta o regime legal da observação de cetáceos. Alterada pelas Portarias n.º 49/2004, de 24 de Junho, n.º 70/2005, de 08 de Setembro e n.º 17/2007, de 29 de Março.

#### **3.12. Licença para o exercício da actividade de agência de viagens e turismo**

- Decreto-Lei n.º 209/97, de 13 de Agosto de 1997

Regula o acesso e o exercício da actividade das agências de viagens e turismo. Redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 12/99, de 11 de Janeiro e pelo Decreto-Lei n.º 263/2007, de 20 de Julho.

- Portaria n.º 70/2007, de 23 de Outubro de 2007

Fixa as taxas devidas pela concessão de licenças, averbamentos e formas locais de representação.

#### **3.13. Utilidade turística**

- Decreto-Lei n.º 423/83, de 05 de Dezembro de 1983

Redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 38/94, de 08 de Fevereiro de 1994

Define utilidade turística e estabelece os princípios e requisitos necessários para a sua concessão.

- Decreto-Lei n.º 485/88, de 30 de Dezembro de 1988

Extingue benefícios fiscais.

#### **3.14. Declaração de interesse para o turismo**

- Decreto Regulamentar n.º 22/98, de 21 de Setembro de 1998

Regula a declaração de interesse para o turismo. Alterado e republicado pelo Decreto Regulamentar n.º 1/2002, de 03 de Janeiro.

#### **3.15. Regulamenta o Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo**

- Decreto Regulamentar Regional nº 21/2007/A de 24 de Outubro de 2007

Alterado e republicado pelo Decreto Regulamentar Regional nº 9/2010/A de 14 de Junho.

#### **3.16. Outros**

- Despacho n.º 1226/2010 de 13 de Dezembro de 2010, ao DLR n.º 18/2005/A de 20 de Julho

- Decreto Legislativo Regional nº 38/2008/A de 11 de Agosto de 2008

Aprova o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores.

#### 4. LEGISLAÇÃO SOBRE PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E CULTURAL

##### Património Arquitectónico

- Decreto Regulamentar Regional nº 16/2000/A  
Estabelece o regime de apoios a conceder pela administração regional autónoma à recuperação e conservação do património cultural arquitectónico e móvel da Região Autónoma dos Açores. Alterado pelo Decreto Regulamentar Regional 15/2005/A.

##### Património cultural

- Decreto Legislativo Regional nº 29/2006/A  
Estabelece o regime jurídico de apoios a conceder pela administração regional autónoma dos Açores, através do departamento governamental com competência em matéria de cultura, aos agentes, individuais ou colectivos, regionais, nacionais ou estrangeiros, que desenvolvam actividades culturais consideradas de relevante interesse para a Região
- Decreto Lei n. 111/87 de 11 de Março de 1987
- Decreto Legislativo Regional nº16/99/A
- Portaria 2/2008  
Alteração à Portaria nº83/2006.

##### Rede de Bibliotecas Municipais:

- Decreto Regulamentar Regional nº19/2000/A  
Implementação e o funcionamento do Sistema Regional de Leitura Pública dos Açores
- Resolução nº184/2002

##### Artesanato

- Despacho Normativo nº. 69/2005 de 17 de Novembro de 2005.  
Sistemas de incentivos ao Artesanato.